JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Assistência Social desenvolve, constantemente, cursos, palestras e capacitações voltadas aos servidores, além da comunidade em geral. A palestra: “Proposta de capacitação para equipe técnica e rede de atendimento de famílias acolhedoras e famílias acolhedoras” é ministrada por Neusa Eli Figueiredo Cerutti – CRESS: 6041/11ª região/PR.

A indicação dessa profissional deve-se ao fato dela possuir notório saber sobre o assunto (como demonstrado nos anexos do processo, o qual possui uma extensa relação de documentos que comprova o profundo conhecimento na área). Além do amplo conhecimento técnico, a palestrante – que ministra eventos tanto em âmbito nacional como internacional - é a Assistente Social Coordenadora do Serviço de Acolhimento Familiar em Cascavel desde 2008.

Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que a regra adotada pelo legislador pátrio, no caso de obras, serviços, compras e alienações é a da obrigatoriedade de licitação, conforme prescreve o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998))

XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. ”

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1991, regulamenta o referido inciso XXI, instituindo normas e procedimentos para a realização de licitações e contratos Administrativos com a Administração Pública.

A Lei 8.666/93 também previu hipóteses em que, legitimamente, a Administração Pública pode celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório, com o objetivo de permitir a eficiência do ordenamento jurídico em situações peculiares.

Prescreve casos de dispensa, vedação e inexigibilidade de licitação, constituindo tais hipóteses exceções ao procedimento licitatório, e como tal devem ser justificadas e restritivamente capituladas, nos precisos termos dos artigos 17, 24 e 25 do supramencionado Estatuto das Licitações e Contratos.

No tocante à inexigibilidade de licitação, só é possível em se verificando a impossibilidade jurídica de competição, conforme previsto no art. 25 da Lei nº 8.666/93.

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O preço contratado é de R\$ 2.800,00 (dois mil, e oitocentos reais) com carga horária de 08 horas a realizar no dia 20 de agosto de 2019. Nesse valor estão inclusos: deslocamento, estadia e impostos.

Lauro Speiss Peterlini
CPF: 067179459-07
19/07/2019.

Larissa Speiss Peterlini
Assistente Social
CRESS - PR 10265
11ª Região